



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº02/2017

----- Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida por motivos pessoais, procedendo-se à sua substituição. -----

----- Pelas dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o Período Antes da Ordem do Dia a Senhora Presidente da Câmara propôs à discussão e votação um Voto de Louvor a Inês Henriques, que leu (anexo 1). -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Disse que enquanto Riomaiorenses todos devem estar muito honrados de aparecerem estes jovens, homens e mulheres, com este talento e com esta capacidade de trabalho. Frisou que a Inês é um dos exemplos de que muito esforço e trabalho dão resultados. Considerou que a Inês, na sua vida desportiva, com a sua determinação com a sua capacidade de resistir contra adversidades, maus resultados e muitas vezes até contra uma má campanha, conseguiu ser a primeira mulher a bater o record, numa prova que não foi fácil. Referiu que a Inês vai ser agora integrada no campeonato do mundo e que todos os encómios são poucos. -----

----- Disse ainda que gostaria de aproveitar a oportunidade e sugerir que este executivo mude a imagem da marcha. Salientou que a Inês é um dos exemplos que traz sempre agregada a si a bandeira de Rio Maior e a sua coletividade que é o Clube

de Natação de Rio Maior, e Rio Maior devia em breve, criar um outro tipo de motivação, que é a identificação de Rio Maior com a marcha atlética nacional. Disse que não há em lugar nenhum do mundo, tantos campeões em marcha atlética, por m2 como em Rio Maior. -----

----- Referiu que se torna necessário reconhecer e homenagear o grupo de marcha atlética, nomeadamente no centro de alto rendimento para a marcha, quer na marcha atlética infantil, ou dando o nome a uma praça, ou com uma homenagem coletiva. Salientou que este grupo de marcha atlética vai ter continuidade, tem muito valor coletivo para Rio Maior, para o desporto Nacional e para os Jogos Olímpicos. -----

----- Finalizou a intervenção endereçando os parabéns à Inês e aos Riomaiorenses que conseguiram este resultado. Salientou que é altura deste executivo meditar sobre a forma de perpetuar a dedicação destes atletas ao longo dos anos. -----

----- Indicou o seu sentido de voto como favorável. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por deixar uma palavra de apreço para a Inês Henriques, atleta do Clube de Natação de Rio Maior, que é a recordista mundial dos cinquenta quilómetros marcha. -----

----- Deixou também uma palavra para o seu treinador, o Jorge Miguel, que sempre acreditou que era possível, demonstrando assim ser o grande treinador que é, salientando que a Inês Henriques é uma atleta extremamente regular que lutou contra todas as adversidades, conseguindo títulos só alcance dos melhores, destacando a sua participação em três jogos olímpicos, sendo a última no Rio de Janeiro onde obteve o honroso décimo segundo lugar, campeã nacional nos 20 km, 10km e 3 mil metros marcha; medalha de bronze na taça Monterrey – México; primeiro e segundo lugares em Rio Maior em marcha, no ano de 2013; também campeã do mundo por equipas, na taça do mundo em marcha, em 2010, assim como foi campeã da europa por equipas, entre muitos outros títulos. -----

----- Referiu que este record mundial lançou a Inês para o reconhecimento mundial, que ela já merecia há muito tempo. Referiu ainda que o Voto de Louvor apresentado é o reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido. -----

----- Seguidamente recordou que o Senhor Presidente da República considerou que o record da Inês orgulha muito todos os seus compatriotas. -----

----- Terminou a intervenção frisando que para os Riomaiorenses é uma honra ter uma atleta deste nível. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade e aclamação** dos presentes. -----

----- Antecedendo ainda o Período Antes da Ordem do Dia a Senhora Presidente da Câmara apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Engenheiro Artur José Pontevianne Homem da Trindade e propôs que o mesmo fosse aprovado e feito um minuto de silêncio em sua memória (Anexo 2). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu que tivera o privilégio de conhecer pessoalmente Artur Trindade, na fase de Presidente da Câmara de Porto de Mós e durante as décadas que esteve como Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, cargo onde demonstrou que as suas capacidades, eram acima da média. -----

----- Seguidamente disse que os Corpos Nacionais da Associação Nacional de Municípios Portugueses são eleitos tendo por base os resultados autárquicos, daí a sua rotatividade. -----

----- Terminou elogiando o trabalho de excelência deste homem que conseguiu fazer sempre a interligação entre todas as autarquias e Associação Nacional de Municípios Portugueses, considerando que somente por isto tudo o que se possa fazer em sua honra, é merecido. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, seguindo-se um minuto de silêncio em memória de Artur José Pontevianne Homem da Trindade. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foi colocada à discussão e votação a ata nº 24/2016, referente à reunião ordinária de nove de dezembro. -----

----- Aprovada a ata nº 24/2016, por **unanimidade** dos presentes com direito a voto (6 votos a favor). -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: oitocentos e noventa e oito mil, duzentos e trinta e cinco euros, e sessenta e cinco cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Duzentos e oito mil oitocentos e sete euros e oitenta cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- Não havendo assuntos para conhecimento seguiu-se o período de Intervenção dos Membros do Executivo. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu-se ao Nó do IC2 e questionou qual o ponto da situação e se o Executivo já sabe quando vão começar as obras. -----

----- Aditou que a época da chuva vai agravar a situação, continuando todo o incómodo para a população na Asseiceira, pois o trânsito continua a ser desviado para lá. Referiu-se também a todas as despesas inerentes a esta situação. -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Começou a intervenção questionando se lhe disponibilizam o plano de alcatroamentos que a Câmara tem previsto para 2017 no concelho de Rio Maior. -----

----- Questionou também o arranjo do passeio em frente ao “Castiço” na Estrada de Alcanede e disse que faz na presente data dois anos que colocou esta mesma questão, pelo que pretendia saber qual o ponto da situação. -----

----- Referiu também um sinal, que foi retirado do final da Rua Nova do Gato Preto e dado tratar-se de uma estrada sem saída, continua a criar problemas porque as pessoas seguem em frente e não se apercebem da situação. -----

----- De seguida questionou a “red line” colocada no desvio da Asseiceira e do IC2 e lembrou que era apenas para ficar até ao fim do mês, e neste momento tudo continua igual ou pior. -----

----- Aditou que se for necessário, as populações da Asseiceira, voltam ao que fizeram no passado para se fazerem ouvir, dado que só pela forma institucional não o conseguem. -----

----- Referiu que a situação com a chuva é dramática, questionando a quem é que os Municípios da freguesia da Asseiceira vão pedir responsabilidades, face aos estragos que se estão a verificar, por circularem vinte e quatro horas por dia, veículos pesados dentro da aldeia. Referiu ainda, que há estragos que começam a ser evidentes, questionando também, o que é preciso fazer, para se resolver de vez aquele problema. Salientou que a estrada foi desclassificada em 1998, e que a Câmara à época recebeu setecentos e cinquenta mil contos, tendo a empresa Estradas de Portugal passado para a autarquia, a responsabilidade de a conservar. -----

----- Seguidamente informou que o piso do IC2 no troço que vai da Asseiceira até ao Alto da Serra, é tremendamente perigoso, dado que com a chuva, não se vê a sinalização horizontal. -----

----- Questionou qual o ponto da situação relativamente à requalificação da EN114. ---

----- Sobre a prestação de cuidados de saúde começou por dizer que se tem verificado no último mês, uma degradação grave, nomeadamente no que respeita ao

atendimento das pessoas na freguesia das Alcobertas e na cidade. Por último, disse que apesar de ser um governo minoritário do PS, que está no poder, mas que os direitos das pessoas se mantêm. Disse ainda que os recursos humanos nesta área são insuficientes. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes, e desejou um bom ano de 2017, já que na última reunião não pode estar presente por motivos profissionais. -----

----- Sobre a EN114 questionou qual o ponto da situação dessa obra, que em sua opinião é prioritária para o bem-estar dos Riomaioreses, para o seu desenvolvimento e para a satisfação de uma ambição antiga que é a requalificação e o alargamento daquele troço da EN 114. -----

----- Partilhou também da preocupação deixada pela colega Célia Flores relativamente ao IC2, opinando que o acesso do IC2, é uma prioridade para a melhoria das nossas condições de vida, ao nível das acessibilidades à cidade e ao Concelho de Rio Maior. -

----- Relativamente ao mercado de natal convidou os colegas a refletirem um pouco sobre o que foi realizado na nossa cidade, de forma a que se possa chegar a uma conclusão. Salientou que é importante acontecer, e que considera positivo dinamizar atividades de rua, para fomentar o comércio tradicional, mas na sua opinião, cada vez mais as atividades que se desenvolvem, devem pautar-se por critérios de qualidade e de diferenciação. Sobre a forma como a ideia foi executada, disse que uma boa ideia pode ser muito válida, no entanto se for mal executada transforma-se numa má ideia. -

----- Apelou a que numa próxima edição, o mercado de natal que animou o centro histórico e a Praça da República em Rio Maior, seja realizado e concretizado de outra forma e com outros critérios de qualidade e rigor nos materiais utilizados, deixando a sugestão para que no próximo ano se possa melhorar esse aspeto. -----

----- Sobre o voto de louvor à Inês Henriques opinou que é uma atleta do município de Rio Maior de enorme qualidade e que tem atingido resultados incríveis como foram aqui apresentados. Congratulou-se com o facto de a Inês, a equipa do Clube de Natação de Rio Maior, e o seu treinador, terem conseguido obter mais, esta vitória. Disse que é uma vitória imensa, por se tratar de um título mundial e concorda com a ideia do Vereador Augusto Figueiredo, de homenagear publicamente essa modalidade desportiva atividade que é a marcha atlética. -----

----- Seguidamente referiu que se deveria ligar o desporto aos assuntos da sustentabilidade e do ambiente opinando que nas ciclovias, com os “nossos” marchadores, desportistas e com os concidadãos, se poderá desenvolver atividades sustentáveis, ao nível da produção de energia. Mencionou que as chamadas “smart city”, estão a desenvolver boas práticas ao nível da ecologia e da sustentabilidade,

aproveitando as passadas dos seus cidadãos, para produzirem energia. Opinou que a Câmara Municipal de Rio Maior deveria assumir essa posição de charneira, e desenvolver um projeto de inovação ao nível da ecologia e da sustentabilidade ambiental, aproveitando os marchadores e os Riomaioreses para produzirem energia nas suas ciclovias. -----

----- Ainda sobre esta matéria, disse que, já há algumas cidades que estão a fazer isso, e, portanto, eles os pioneiros e os Riomaioreses seriam os primeiros seguidores dessas novas tendências mundiais de desenvolvimento ambiental e sustentável. -----

----- Seguidamente reportou-se ao voto de pesar pelo falecimento do Senhor Artur Trindade e disse que o ano passado, em junho, acompanhara o avô a Coimbra para estar presente numa cerimónia desenvolvida pelo PSD, de homenagem aos primeiros Presidentes de Câmara eleitos a seguir ao 25 de abril. Disse ainda que o Senhor Artur Trindade estava lá, e que viu a forma como ele foi homenageado pelo PSD e opinou que foi uma homenagem muito bonita e que todos se devem curvar perante a intervenção pública de pessoas como Artur Trindade, com um papel relevante no Associativismo Municipal, no País. Opinou ainda que todos os partidos, e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, reconheceram o trabalho desenvolvido ao longo destes quarenta anos de democracia. Disse ainda que deve reconhecer-se todo o trabalho que é desenvolvido por pessoas como Artur Trindade em prol do desenvolvimento comunitário, criando estruturas que são importantes para todos e para o desenvolvimento municipal. -----

----- Deixou também uma palavra sobre Mário Soares. Em sua opinião, foi de facto uma figura em Portugal, de dimensão quase “sobrenatural”, porque, foi o pai da liberdade, da democracia, alguém que lutou muito pelo desenvolvimento económico e social do País, e portanto, é incrível perceber que Mário Soares quando se dá o “25 de Abril” tem cinquenta anos e uma vida com muita experiência. Referiu que se curva perante a memória de Mário Soares, alguém que teve uma imensa perspetiva política e social, mas também uma perspetiva humana da vida, no sentido em que havia sempre espaço para a alegria. Mencionou ainda que a palavra alegria é de facto muito importante, porque no desenvolvimento da atividade política, se não se tiver alegria, não se consegue ter esperança e concretizar essa esperança nos projetos que se vão conseguindo materializar. Disse também que Mário Soares era uma pessoa sempre com boa disposição e alegria. Aditou que essa perspetiva de humor lhe faz recordar alguém que lhe é muito próximo, o seu avô, que tem sempre, essa perspetiva de uma alegria imensa, ou seja uma perspetiva muito humorista da vida. Disse que todos devem saber relativizar a importância que os assuntos têm na vida e nas relações interpessoais, dado que por vezes se “incompatibilizamos” por razões que não

lembram ao “Menino Jesus”. Finalizou este assunto endereçando à família de Mário Soares sentidas condolências. -----

----- Terminou a intervenção deixando um voto de pesar a Carlos Abreu, ex-Presidente da Região de Turismo do Ribatejo que faleceu esta semana, e que foi alguém que pugnou muito pelo desenvolvimento do Distrito de Santarém. Criou e fundou o Festival Nacional de Gastronomia, que muito pugnou pelo desenvolvimento das tradições gastronómicas na Casa do Campino em Santarém e que a partir daí, desenvolveu o turismo no Distrito. Assim deixava uma mensagem a Carlos Abreu pelo excelente trabalho que desenvolveu ao longo de trinta anos. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Manifestou o seu contentamento pelo facto de a sala estar repleta de munícipes e referiu que é bom existir quem se interesse pela discussão dos assuntos inerentes ao concelho. Opinou que estão presentes pessoas que habitualmente o fazem sem interesse direto nos assuntos, mas com interesse sobretudo em ter conhecimento do que se passa no seu concelho. Também estão presentes pessoas que direta ou indiretamente, estão envolvidas nos assuntos a tratar nesta Reunião de Câmara. -----

----- Esclareceu que a sua intervenção se prende com a necessidade do setor de educação dar conhecimento de todo o trabalho desenvolvido na área da educação no concelho de Rio Maior. Assim referiu que no passado mês de dezembro fora criada uma equipa restrita para elaboração do Plano Estratégico Educativo Municipal, e essa equipa tem como objetivo ouvir e auscultar todas as forças vivas do concelho. Foi feito um levantamento sobre os principais constrangimentos que se verificam na área da educação no concelho de Rio Maior, nomeadamente nas escolas, ouvindo os alunos, os encarregados de educação, ouvindo as associações desportivas, juvenis e culturais, a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia, no sentido de todos darem um contributo para ultrapassar algumas das questões que se levantam neste setor, para assim se conseguir fazer um plano de intervenção direto, e que acima de tudo, possibilite um maior sucesso escolar. Mencionou ainda, que não podia deixar de partilhar um assunto como a educação, que diz respeito a todas as famílias. ----- Disse que, no fundo, se pensa que não há envolvimento direto das populações, mas estes grupos têm contribuído sobremaneira para a execução deste Plano Estratégico. Partilhou ainda com alegria, o facto de se estar a assistir à vontade que a comunidade em geral tem, para participar nos assuntos do concelho, mesmo quando as reuniões se prolongam no tempo e atingem horários que colidem com a vida pessoal de todos. -

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Sobre a intervenção do Vereador Daniel Pinto, no que diz respeito à sustentabilidade ambiental e sobre o desafio em Rio Maior das “smart city”, referiu que estão a trabalhar nisso e espera que apareça brevemente um projeto com sustentabilidade, porque o “caminho faz-se caminhando”, e no futuro Rio Maior será uma “smart city”, e também como no desporto, é muito importante para Rio Maior atingir esse nível que todos querem. -----

----- Deixou também uma referência sobre a entrevista que o Presidente do Clube de Natação deu ao jornal “O Mirante” que enalteceu, e muito, o papel que o Clube de Natação tem tido ao longo dos anos no desenvolvimento do desporto em Rio Maior, por onde têm passado muitos atletas, nas mais diversas modalidades, como o atletismo, marcha, triatlo, ginástica, patinagem artística, entre outras. -----

----- Disse que estes atletas têm atingido patamares de nível nacional, mundial, e mesmo de nível olímpico, e têm levado o nome de Rio Maior aos quatro cantos do mundo. Aditou que o Clube de Natação foi e continua a ser um clube importante para o desenvolvimento do desporto em Rio Maior, tal como muitos outros clubes do concelho de Rio Maior e lamentou não ter visto o Senhor Presidente a representar o clube nos recentes e importantes acontecimentos do clube, mas pelo menos fica-se a saber, por algumas afirmações que faz, que confunde o seu lugar de Presidente do clube com o lugar de Presidente da Concelhia de Rio Maior. Terminou frisando que o desporto está, e estará sempre, acima de qualquer luta partidária. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Relativamente a algumas questões levantadas começou por ler uma carta que veio da Infraestruturas de Portugal sobre o “IC2 Nó de Rio Maior. Abertura condicionada”. -----

----- “Como é do conhecimento de V. Ex^a. o Nó de Rio Maior do IC2 encontra-se encerrado ao tráfego desde maio de 2016, devido ao risco de eventual colapso de um talude na sua proximidade provocado pela extração ilegal de areia em propriedade do estado tendo esta ação provocado a falta de condições necessárias para a circulação rodoviária no troço em questão. A IP tem vindo a procurar as soluções técnicas que permitam a devolução da acessibilidade à cidade de Rio Maior, o mais depressa possível, prevendo-se que a adjudicação do projeto para intervenção do talude e o início da empreitada venham a ocorrer em 2017. Paralelamente a IP preparou um plano de intervenção a curto prazo cuja execução já teve início neste mesmo mês de janeiro e que resulta no desvio parcial do tráfego da plataforma do IC2 para a zona do Nó de Rio Maior, a concluir durante o mês de janeiro, caso as condições climáticas permitam o normal desenvolvimento dos trabalhos em causa. -----

Mais se informa que o centro operacional sul tem vindo a monitorizar diariamente no

local, procedendo-se ainda durante e após a sua abertura, que se calcula que venha a ocorrer em janeiro de 2017, (neste momento há uma derrapagem de uma semana) até voltarmos a abrir ao público, ou seja, em princípio na próxima semana irá reabrir ao público, se as condições climatéricas assim o permitirem. -----

Finalmente, informamos que foi reforçado o pedido de vigilância por parte da GNR relativamente às extrações ilegais de inertes que foram detetadas aproveitando esta oportunidade para solicitar a melhor colaboração à Autarquia no sentido de comunicar às autoridades competentes quaisquer atividades ilícitas de que se aperceba no aterro em causa. É nossa expectativa que a solução provisória em implementação assegurará a abertura do Nó até que estejam concluídos os trabalhos que decorrerão do projeto já em concurso”. -----

----- Assim, considerou que a responsabilidade do que está a acontecer no IC2 não é da Câmara Municipal de Rio Maior. Referiu ainda que compete à Câmara Municipal fazer pressão no sentido da resolução do problema, e que foi no seguimento da pressão exercida pelo Executivo que se obteve uma resposta oficial da Infraestruturas de Portugal. -----

----- Sobre os alcatroamentos informou que em Plano e Orçamento ficou aprovada uma rubrica genérica, no montante de quatrocentos mil euros, para alcatroamentos no concelho. Opinou ainda que os serviços técnicos, em colaboração com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia estão a preparar uma listagem para avançar com os respetivos procedimentos. Finalizou este assunto referindo que compete aos Presidentes de Junta o diálogo com o Município e que quando terminarem as conversações os concursos sairão para a rua. Nessa altura, serão do conhecimento de todos. -----

----- Sobre a EN 361 e o respetivo passeio informou que aquando da conclusão da avenida que faz a ligação à EN 361 o mesmo também irá ser beneficiado o que ainda não aconteceu há mais tempo porque o prazo de conclusão da obra se prolongou. ----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- No uso da palavra e respondendo ao Vereador Augusto Figueiredo sobre a possibilidade do Executivo distinguir, homenagear e dar ainda mais visibilidade, à marcha atlética em Rio Maior, concordou, mas salientou que está sempre disponível para trabalharem em conjunto e analisarem qual a melhor solução. Salientou que já existe a “Rotunda do Atleta”, que representa todos os atletas Riomaiorenses, incluindo os da marcha atlética. -----

----- Sobre a questão do IC2, referiu que o Senhor Vice-Presidente, ao ler o ofício da Infraestruturas de Portugal, só disse de forma oficial, o que ela própria já informara por outras palavras numa reunião de Câmara anterior, dado que a previsão de reabertura

do Nó, embora de forma condicionada, seria ainda no mês de janeiro, o que provavelmente não acontecerá, dado a previsão de ocorrer a dilação de uma semana.-

----- Informou ainda que a situação está a ser devidamente acompanhada pelo Executivo e há uma semana estavam reunidos na sede da Infraestruturas de Portugal, em Almada, a tratar deste assunto. -----

----- Referindo-se à questão colocada pelo Vereador Daniel Pinto sobre a requalificação da EN 114, informou que na última Reunião de Câmara dera conhecimento sobre a conversa tida com a Secretaria de Estado e com as Infraestruturas de Portugal, assim como da reunião realizada há uma semana, no sentido de, conjuntamente, a Câmara Municipal, a Infraestruturas de Portugal, a Secretaria de Estado e o Governo, encontrarem a melhor solução para avançar com este projeto, sabendo porém, que esta requalificação não será enquadrada no âmbito do Portugal “2020”. -----

----- Aditou que a EN114, é propriedade das Estradas de Portugal e que o projeto que está a ser desenvolvido para a requalificação daquele troço vai contemplar o alargamento da mesma, o sistema de drenagem de águas, as valas, e as valetas. Quanto à ciclovia disse que sendo uma estrada nacional não pode ter ciclovias.-----

----- Terminou a intervenção reportando-se às questões do atendimento na extensão de Alcobertas, referindo que a Junta de Freguesia, informou que a extensão de saúde está a funcionar às terças, quartas e sextas-feiras, das nove às treze horas e informou que a Drª Mercedes assegura este serviço, e, segunda a informação de que dispõem, a comunidade de Alcobertas e os utentes estão de acordo com o horário praticado. ----

----- Sobre a questão da colocação do sinal na Rua Nova do Gato Preto informou que o assunto vai ser encaminhado para a Comissão de Trânsito avaliar a sua colocação, sendo a esta Comissão que compete avaliar qual é a melhor sinalética para quem circula naqueles locais. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- De novo no uso da palavra disse que não lhe fora respondido como iria ser resolvida a questão da segurança dentro da aldeia de Asseiceira e manifestou preocupação quanto às alternativas apresentadas porque não é só uma questão de segurança rodoviária, mas também uma questão de prejuízo dos residentes e moradores da Freguesia. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Voltou a usar da palavra para informar o Vereador Augusto Figueiredo das exigências de intervenção imediata que a Câmara apresentou à infraestruturas de Portugal, e voltou a dizer o que já disse em anteriores reuniões de Câmara, ou seja a exigência de uma correta sinalização, quer em Asseiceira, quer no Alto da Serra que

seja retirada a sinalização incorreta existente no troço e implementação de medidas de redução de velocidade, lombas provisórias, semáforos e uma maior presença das autoridades fiscalizadoras na localidade de Asseiceira e noutros pontos do conflito do percurso. Terminou a intervenção salientando que tem sido uma preocupação constante para o Executivo e para todas as entidades envolvidas, regionais e centrais, o acautelamento da segurança naquela zona, de forma a evitar ocorrências e agradeceu o contributo de todos para resolver a situação, na forma que politicamente têm de o fazer. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- Não foram presentes despachos para ratificação. -----

----- **Ponto II – MERCADO MUNICIPAL DE RIO MAIOR – ANULAÇÃO DA FATURA Nº009/426 DE 27/12/2016 NO VALOR DE 49,20€ EM NOME DE TÂNIA DE OLIVEIRA MIMOSA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações e parecer emitido, autorizar a anulação da fatura n.º 009/426, de 27/12/2016, no valor de 49,20 €, emitida em nome de Tânia de Oliveira Mimoso, referente à taxa de ocupação da banca n.º 12 (peixe), do Mercado Municipal de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto III – MEDIÇÃO ACÚSTICA AO ESTABELECIMENTO WASH RIO – LAVANDARIA SELF SERVICE, LDA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, a Câmara Municipal tomar conhecimento do parecer supra mencionado e, considerando a pronúncia da empresa Wash Rio, Lda., deliberar que fosse efetuada uma avaliação acústica conjunta, a realizar pelo laboratório da CIMLT e por um laboratório a indicar pela interessada à Câmara Municipal no prazo máximo de três dias úteis a contar da notificação.-----

----- Mais deliberar, que após a indicação do laboratório pela Wash Rio, o ensaio acústico deverá ter lugar no prazo máximo de quinze dias seguidos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que tem acompanhado de alguma forma esta

questão parecendo-lhe fundamental tentar conjugar todos os interesses e salvaguardar à firma em questão o direito de laboração, dentro das estritas normas de legalidade, facilitando e concedendo os direitos que lhe assistem, não partindo drasticamente para uma posição de efetiva suspensão, e acautelando sempre os direitos de quem se sente lesado pelos eventuais incómodos, sejam eles ruídos trepidações, odor ou outros. Referiu ainda que seria ótimo o entendimento entre as partes, e que esta proposta de deliberação da Câmara, abre mais uma porta nesse sentido. Terminou a intervenção citando um ditado popular “Mais vale um mau acordo de que uma boa demanda” e nesse sentido espera que assim seja. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Realçou que não é uma questão de demanda, mas da legislação que todos os envolvidos têm de cumprir. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Sobre este ponto referiu que estes assuntos são muito complexos, exigem muita reflexão, e, tem de haver tempo útil para a discussão. Lamentou que mais uma vez não tivessem conseguido cumprir o estatuto do direito de oposição. -----

----- Realçou o esforço feito pelos técnicos, mas oficialmente, a deliberação chegou ontem à tarde, contudo, e em sua opinião, este facto não o impediu de o estudar e aprofundar, esperando tratar-se da penúltima vez que este assunto fosse presente a Reunião de Câmara. Frisou que, em cada momento, o Executivo tem respeitado os direitos das pessoas, quer elas sejam individuais ou coletivas. Ressalvou que neste caso de saúde pública há que ter em conta o bem-estar das pessoas que vivem ao lado da empresa e também a empresa na perspetiva da criação de postos de trabalho. Salientou que o Município nunca pode interferir no diferendo entre dois vizinhos e nessa perspetiva, a proposta de deliberação apresentada mesmo assumindo o risco de contrariar alguns entendimentos técnicos, ela é, em sua opinião, uma sábia decisão, porque, contempla o espaço de resposta democrática, e de igualdade para todas as entidades envolvidas no assunto. -----

----- Seguidamente sugeriu à Wash Rio, que indicasse um laboratório diferente daquele que está indicado, a fim de permitir que em todos os momentos, a sua opinião seja prevalecente e não analisada de forma distorcida. -----

----- Terminou a intervenção convicto, de que a situação se vai resolver a contendo de todos e particularmente dos interesses dos munícipes do Concelho de Rio Maior, referindo que esta proposta caminha nesse sentido, desejando também que seja a última vez, na segunda reunião de fevereiro, que o assunto seja apresentado. -----

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- Sobre esta matéria referiu concordar com a intervenção Vereador Augusto Figueiredo quando este diz que da parte do Executivo tem existido bom senso no sentido de tentar que as partes se entendam, mas salientou que esta proposta é última tentativa para sanar o problema e caso isso não aconteça o Município de Rio Maior esgotou tudo aquilo que podia fazer relativamente às partes envolvidas. Opinou ainda que a partir da presente data a Câmara Municipal de Rio Maior deixa de ter competência para encontrar uma solução.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto IV – MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO (RECEITA E DESPESA) E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (ATIVIDADES MAIS RELEVANTES E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS) DE 2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de Modificação Orçamental – 1ª Revisão ao Orçamento (Receita e Despesa) e às Grandes Opções do Plano (Atividades Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos) 2017, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto V – VISITAS DE ESTUDO NO ANO LETIVO DE 2016/2017 – 2º E 3º PERÍODOS** ---

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face à informação supra citada, não adjudicar a prestação de serviços em apreço ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 79º do Código dos Contratos Públicos e, consequentemente, revogar a decisão de contratar nos termos do artigo 80º do mesmo Código. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente a esta questão manifestou o seu contentamento com o facto de se começar a verificar alteração da política relativamente às visitas de estudo o que significa que estas vão continuar a acontecer. Registou a mudança verificada que se deve à persistência para que o processo dos transportes seja alterado.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto VI – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES EM VALAGRA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ EM NOME DE ROSÁRIA MARIA CRUZ REBELO – PROCESSO Nº9/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Valagra, da União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz, inscrito na matriz sob o artigo 21 da Secção B, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto VII – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES EM CASAL DA RIBEIRA, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ EM NOME DE ROSÁRIA MARIA CRUZ REBELO – PROCESSO Nº11/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Casal da Ribeira, da União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz, inscrito na matriz sob o artigo 57, da Secção B, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto VIII – CERTIFICAR AUMENTO DE COMPARTES EM TERRA DO PINHEIRO, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ EM NOME DE ROSÁRIA MARIA CRUZ REBELO – PROCESSO Nº12/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação emitida, certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Terra do Pinheiro, da União das Freguesias de Marmeleira e Assentiz, inscrito na matriz sob o artigo 58 da Secção M, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas

no Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 09 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto IX – EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE €900.000,00 - APROVAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar as cláusulas contratuais do empréstimo em apreço, adjudicado ao Banco Português de Investimento (BPI). -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Relativamente a este ponto afirmou que este empréstimo conta para efeitos de endividamento, uma vez que tem de estar pago até ao dia trinta e um de dezembro. Trata-se de um “cash flow” ao serviço da autarquia no sentido de fazer face às despesas e necessidades do dia-a-dia. -----

----- Deixou ainda uma nota positiva relativa à mudança da entidade bancária que deixa de ser como é norma a Caixa Geral de Depósitos e passa a ser o BPI. -----

----- Partilhou ainda das preocupações que o PCP e a CDU têm relativamente ao que está a acontecer na Caixa Geral de Depósitos. Alertou para o facto de esta semana, se assistir a lucros num valor “absolutamente vergonhoso”, e paralelamente, o que têm sido as dificuldades do povo Português. -----

----- Salientou que já percebeu que o objetivo é fazer “rebentar” a Caixa Geral de Depósitos e salientou ainda que a Caixa como Banco Público, tem o dever de colocar à disposição das autarquias e da sociedade, os meios necessários para o desenvolvimento do País. Congratulou-se por se ter encontrado uma solução. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- No uso da palavra e respondendo ao Vereador Augusto Figueiredo disse que este empréstimo não conta para o endividamento municipal e destina-se a ocorrer a dificuldades de tesouraria e salientou que esta situação também é tranquila em termos da gestão autárquica. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto X – JOSÉ CARVALHO FERREIRA DUARTE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando o pedido do requerente e os seus fundamentos, o Relatório da Comissão de Avaliação de

Inventário e Cadastro e as informações dos serviços acima referidos, a Câmara Municipal, deliberar autorizar a título de indenização o pagamento do montante de 500,00 euros ao Sr. José Carvalho Ferreira Duarte. -----

----- Salientou a preocupação, a responsabilidade e o interesse do Executivo, em resolver todas as situações pendentes relativas ao Património Municipal e que estavam pendentes há muitos anos, sendo a proposta apresentada para resolver um assunto que se arrastava desde mil novecentos e noventa e sete. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou a intervenção referindo que há Riomaiorenses que doaram terrenos e que continuam ainda a pagar IMI. Aditou que a Autarquia tem o dever de regularizar as situações dos terrenos onde estão instalados os depósitos de água e as bombas para o saneamento básico. Trata-se de um pequeno gesto, talvez apenas com valor simbólico, mas que deve ser alargado a todos aqueles que consideram que a autarquia tem esse dever para com eles, e nessa sequência se possam dirigir à Câmara para regularizar essas situações. Terminou a intervenção referindo que ainda há muitas situações para resolver. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- No uso da palavra e a propósito desta matéria disse ao Senhor Vereador Augusto Figueiredo que, desde há sete anos que a Câmara, tem vindo a regularizar imensas situações, como é o caso dos terrenos onde estão implantadas as escolas, dado que com as atualizações do IMI, as pessoas sentem que não têm que estar a pagar um imposto sobre o terrenos que já pertencem à “coisa pública”. Disse ainda, que há pouco tempo foram regularizados os terrenos do depósito de água do Arco da Memória e também do Pavilhão da Freiria e frisou que tem sido preocupação da Câmara regularizar essas situações. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **Ponto XI - RELATÓRIO PRELIMINAR DO CONCURSO PÚBLICO PARA REALIZAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao teor do 2º Relatório Preliminar emitido pelo Júri do procedimento, deliberar nos termos do artigo 165º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, revogar a deliberação tomada em reunião de câmara do dia 13 de janeiro de 2017, através da qual se aprovou o Relatório Final do concurso público em apreço, e, consequentemente, revogar a decisão de adjudicação da referida empreitada. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- No uso da palavra solicitou à Senhora Presidente que aprofundasse esta matéria relativamente à proposta do primeiro relatório onde a concorrente Miraterra - Obras Públicas Lda, foi indevidamente admitida. Referiu estar a ler a primeira página do relatório apresentado, quarto parágrafo, pelo que pedia um esclarecimento. -----

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- Interveio para responder ao Vereador Augusto Figueiredo, informando que foi um concurso público que tramitou na respetiva plataforma onde as empresas estão inscritas, e na primeira triagem, de acordo com o que está estabelecido na citada plataforma, a empresa Miraterra e o segundo concorrente, tinham as condições para passarem à fase seguinte. Como o critério era o melhor preço, efetivamente a empresa a Miraterra era a empresa que apresentava o melhor preço, no entanto quando foi na segunda fase do concurso, a plataforma não aceitou a referida empresa porque esta devia ter preenchido determinados campos no formulário e que por lapso não preencheu, sendo automaticamente excluída pela plataforma. Frisou que inclusivamente a Câmara tem um documento emitido pela própria plataforma, onde menciona que a empresa foi excluída porque não cumpriu. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Interveio para informar que isto é um procedimento que decorre da lei e do próprio Código do Procedimento Administrativo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **Ponto XII – Proposta de Procedimento - Requalificação e Remodelação da EBI/JI de Asseiceira. Ampliação de Edifício Escolar de Asseiceira** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos e fundamentos constantes da informação emitida aprovar a proposta de procedimento. --

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Interveio para dizer que estas obras ainda não correspondem às necessidades objetivas totais e são do tempo da Carta Educativa, portanto com mais de uma década. Nessa perspetiva Asseiceira viu-se prejudicada pela opção legítima que os executivos até então, tomaram, porque foram construídos Centros Escolares e Asseiceira não ficou com um Centro Escolar. Mencionou ainda que a obra vai ser feita, e que é um esforço de resposta a uma necessidade colocada. -----

----- Seguidamente relatou o problema das cartas educativas, que em sua opinião são feitas por “copy paste”, referindo que irá sempre participar nos projetos estratégicos da

educação. Sobre as reuniões realizadas na educação, opinou que se tem a participação das pessoas e os assuntos e a forma como são discutidos são interessantes para todos os que nelas participam. -----

----- Terminou frisando que em Asseiceira fica a faltar o equipamento desportivo e sugeriu que o Executivo deveria meditar se todas as pessoas têm acesso aos mesmos equipamentos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para responder que tem sido essa a preocupação do Executivo e informou que há o transporte para as piscinas e para os equipamentos desportivos da cidade.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Voltou a usar da palavra para clarificar que, não disse que não era uma preocupação, mas que, em sua opinião, este equipamento não responde ainda na totalidade, e que vai continuar enquanto for vivo, a pedir que o modelo de desenvolvimento do concelho seja atrativo para todos, na perspetiva de, não haver apenas uma freguesia a crescer, mas todas. -----

----- Seguidamente reportou-se ao ponto anterior e disse que, muitas vezes, a política do preço mais baixo, levanta a questão de poder haver concursos que não ficam preenchidos, porque não há quem esteja interessado em realizar obras deste calibre. Disse ainda que muitas vezes se colocam outro tipo de problemas mais técnicos, de maior responsabilidade, e que podem exigir outro tipo de medidas. Manifestou o seu contentamento pelo facto de, finalmente, se ter dado início à requalificação. -----

----- Finalizou referindo que vai continuar a lutar por um Polidesportivo, porque o único que existe foi feito pela Junta de Freguesia, e, em sua opinião é preciso tornar as aldeias atrativas, mas também com a ajuda da Câmara. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para esclarecer o Vereador Augusto Figueiredo que a Carta Educativa, não foi opção dos executivos e esclareceu ainda que a mesma foi aprovada em sede de Assembleia Municipal, onde o atual Vereador estava presente enquanto Presidente da Junta de Freguesia. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou a sua intervenção abordando a questão dos Centros Escolares, referindo que nem sempre o facto de haver um Centro Escolar igual ao dos outros, é sinónimo de uma melhor qualidade de ensino. Aditou que, esta adaptação e ampliação do Centro Escolar não faz com que Asseiceira fique aquém das outras freguesias, porque o Centro Escolar de Asseiceira, pela sua dimensão, permite um acompanhamento mais próximo e familiar. -----

----- Referiu que, relativamente à escola de Asseiceira, foi feita uma reformulação da Carta Educativa e a escola de Asseiceira passou para o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva e opinou que, neste momento, isso é uma mais-valia para a Asseiceira, porque o Agrupamento faz parte dos seis Agrupamentos pilotos do País, que estão a estudar uma forma de implementar uma diferenciação e flexibilização curricular que permite depois, ser alargado a nível nacional. Opinou ainda que esta intervenção na escola de Asseiceira, permite adaptar de raiz, as salas ao projeto. -----

Seguidamente disse que esta semana houve uma reunião com a direção do Agrupamento e informou haver uma professora do Agrupamento que se encontra no Reino Unido a visitar escolas com este tipo de projetos. Mencionou que a intenção é criar uma escola moderna, com um ensino diferenciador e que poderá ser atrativo para todo o Concelho. -----

----- Deu conhecimento de que, há alguns anos, ainda no governo do PSD/CDS foi permitido que todos os encarregados de educação pudessem escolher a escola que queriam que os seus filhos frequentassem. -----

----- Terminou referindo que, caso seja implementarmos em Asseiceira um modelo diferenciado, se abre as portas de Asseiceira a todos os encarregados de educação que lá queiram colocar os seus filhos. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- No uso da palavra lembrou que, dos Centros Escolares existentes, nenhum tem polidesportivo, opinando que a Asseiceira não será uma exceção. -----

----- Seguidamente referindo-se às palavras do Vereador Augusto Figueiredo, relativamente à política do preço mais baixo esclareceu que, qualquer obra quando é lançada, os serviços técnicos da Câmara fazem um orçamento de acordo com vários parâmetros, todos definidos em legislação própria. Opinou que, desde sempre, tem sido prática constante do município de Rio Maior, que quando as obras são lançadas para concurso público, normalmente vão sempre com valores baixos, sendo esta a razão pela qual há concursos, que ficam desertos. Referiu que no caso concreto da escola da Asseiceira o primeiro concurso público ficou deserto, e de acordo com a lei lançou-se um ajuste direto. Referiu ainda que se teve de rever os preços para cerca de duzentos e setenta mil euros, excluindo os equipamentos, o que prova que a gestão que tem sido feita no lançamento das obras é correta e concluiu que, caso o valor apresentado fosse de quinhentos mil euros, provavelmente apareceriam muitas empresas a concorrer. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes com Declaração de voto do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **Declaração de voto do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Voto a favor com aclamação e finalmente três pontos de exclamação e três séries de reticências, falta ainda um equipamento desportivo coberto nesta carta” -----

----- **Ponto XIII – APOIO FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE ALFOUVÉS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atribuir um apoio à Associação Cultural e Recreativa de Alfouvés, no montante de 3.000,00€ (três mil euros), nos termos da documentação em apreço. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou a sua intervenção opinando que do ponto de vista do princípio concorda, questionando se já fora atribuído à Comissão de Melhoramentos e Progressos de Asseiceira o apoio que tinha sido pedido para a substituição do telhado da Comissão.--

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre esta questão disse que iria pedir informação e que o pedido será tido em consideração. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto XIV – ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face das informações emitidas e de acordo com o previsto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo, iniciar o procedimento de elaboração do Projeto de alteração do Regulamento da Biblioteca Municipal Laureano Santos e respetiva Tabela de Taxas ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e publicitar a decisão no sítio da Internet do Município. -----

----- Mais deliberou delegar na Chefe de Unidade Administrativa, Educativa, Cultura e Valorização do Capital Humano a direção do procedimento nos termos do artigo 55º do citado código, que por sua vez pode encarregar inferior hierárquico seu da realização de diligências instrutórias específicas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto XV – ISENÇÃO RELATIVA A ESTACIONAMENTO E A SUA COMPENSAÇÃO EM ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, concordar com a recomendação apresentada pela CIMLT e com o parecer emitido pelo Chefe da UUPOTEP. Mais deliberou, nos termos do nº 2 do artigo 16.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, alterada pela Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, propor à Assembleia Municipal a isenção total do valor da compensação pela não previsão de estacionamento no prédio, sempre que se localize numa das Áreas de Reabilitação Urbana e sempre que se verifique uma das condições previstas no nº 1 do artigo 28.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, publicado no Diário da Republica, 2ª série de 21 de maio de 2013. -----

----- Deliberou ainda propor à Assembleia Municipal, nos termos do nº3 do mesmo artigo, que este benefício seja concedido por cinco anos, podendo, no entanto, ser renovado por uma vez com igual limite temporal. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre esta matéria manifestou preocupação e informou tratar-se de uma recomendação da Comunidade Intermunicipal, no sentido de valorizar e reconhecer a necessidade de investir e tornar habitável, a zona que foi definida como área de reabilitação urbana. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que é muito importante que se crie um modelo de desenvolvimento para a cidade e para as zonas mais desprotegidas e que devem ser criados motivos de atração, considerando que, isentar esse tipo de taxas é um bom sinal, e vem na lógica daquilo que se pretende para o Concelho, sendo pequeninos sinais que se podem dar, mas que ajudam muito a que as pessoas vejam como uma mais-valia o seu regresso ao interior da cidade. -----

----- Considerou que para não haver uma Avenida Paulo VI com quatro mil e duzentos habitantes, as freguesias têm de se tornar mais atrativas, dando às pessoas condições e instrumentos, que podem passar por esta taxa de isenção.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que outros benefícios existem também nesta área de reabilitação urbana, nomeadamente a redução de IMI e IMT, assim como quem pretenda fazer obras de requalificação, a percentagem aplicável do IVA é de seis por cento. -----

----- Salientou o conjunto de benefícios que são apresentados vão ao encontro das necessidade, que existem de reabilitar os centros históricos ou as partes mais envelhecidas das cidades, quer em termos habitacionais quer em termos comerciais. -

----- Concluiu esta matéria referindo que vai ser concedido um benefício que durante

anos se retirou, precisamente para criar outras centralidades, na Avenida Paulo VI, como referiu e bem, o Vereador Augusto Figueiredo. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- No uso da palavra e a propósito deste ponto, apesar de perceber a bondade do mesmo, e do que se pretende com a política de regeneração e requalificação urbana opinou que a proposta não está instruída com informação objetiva de valores que permitam aferir da bondade da medida. Disse que muitas vezes o que parece ser, não o é na verdade, mas pela forma como foi apresentado ficou com dúvidas, porque não apresenta de forma quantificada o montante de receita que a Câmara Municipal está disposta a não encaixar. Em sua opinião esse montante de receita é importante para que a Câmara Municipal possa proceder a obras de requalificação e de melhoria, constatando também o facto de não estar especificado quais são os instrumentos de planeamento ao nível do estacionamento que a Câmara Municipal vai desenvolver, questionando como é que a Câmara Municipal espera no futuro estabelecer as medidas de compensação pelo estacionamento que não está edificado ou que não é estabelecido pelas novas construções. -----

----- Ainda no uso da palavra e a propósito desta matéria, solicitou que a Senhora Presidente informasse a falta dos elementos que referiu e lembrou que no parecer do Arquiteto da Câmara Municipal, está essa identificação da realidade da não arrecadação de receitas e que isso pode impossibilitar a requalificação de algumas urbanizações e de algum espaço público. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu que, o Município de Rio Maior, há muitos anos que tem regulamentos aprovados para quando há um défice, no número de parqueamentos necessários, para a construção de qualquer edifício. Informou que a norma aponta para dois lugares de estacionamento por andar e sempre que na cave do edifício isso não for possível, há uma taxa fixa de cem euros por metro quadrado e que já houve vários construtores que ao longo dos anos pagaram estas compensações, nomeadamente na zona da Avenida Paulo VI. -----

----- Seguidamente referiu que esta situação é totalmente distinta, porque na zona definida na área de reabilitação urbana, quando for feita a implementação do PEDU, houve cerca de oito particulares que se manifestaram disponíveis para recuperar os edifícios, usufruindo dos apoios que estão previstas na lei. Referiu ainda que na parte histórica da cidade, poucos são os edifícios onde há estacionamento e as pessoas estacionam onde é possível. -----

----- Aditou que, os edifícios que os proprietários estavam interessados em recuperar, correspondem a cerca de dezasseis estacionamentos. Salientou que se está a falar

numa verba simbólica e que não dá para fazer qualquer tipo de intervenção. -----
----- Opinou que é muito mais importante as pessoas fixarem-se e tentarem recuperar aquilo que existe e que está em ruínas, do que propriamente a questão da receita que irá ser gerada, apesar da mesma ser importante, mas na sua opinião, num orçamento de cerca de vinte e cinco milhões, uma receita, por exemplo, de cinco mil euros, é simbólica. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Dadas as dúvidas apresentadas começou por dizer que a questão é importante porque se trata da zona antiga da cidade e pretende-se que as pessoas reabilitem os prédios degradados e para isso acontecer tem de se fazer esta isenção. -----

----- Em sua opinião quando uma pessoa se dirige à Câmara, porque quer reabilitar o seu património e que sendo antigo não tem estacionamento, se lhe for dito que perante a lei não tem estacionamento e portanto, terá de pagar, então o munícipe não reabilita. Frisou que a essência do problema é o princípio político daquilo que se pretende, que neste caso concreto é a reabilitação de uma zona antiga. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Sobre esta matéria questionou se o que está em causa são construções novas. --

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Informou que tratem-se de reabilitações ou de construções novas, mas dentro da zona nobre da cidade. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre esta matéria referiu que os trezentos e sete municípios vão também decidir sobre esta matéria. -----

----- Sobre a intervenção do Vereador Daniel Pinto, esclareceu tratar-se de um incentivo para pretende investir numa área que está desertificada e que se pretende reabilitar, quer em termos habitacionais, quer em termos comerciais. -----

----- Referiu ainda que não foi por acaso que, há sete anos atrás, o Executivo, optou por implementar a loja do cidadão no local onde se encontra, pois na sua opinião era uma âncora de desenvolvimento e entende que não foi uma aposta perdida, bem pelo contrário, pois foi da maior importância para reabilitar aquela parte da cidade que ao longo dos anos foi ficando desertificada. -----

----- Assim neste contexto o que se pretende é apresentar à Assembleia Municipal, esta recomendação para que esta se pronuncie sobre a possibilidade ou não, de isentar do valor da compensação pela não previsão de estacionamento no prédio nas áreas de reabilitação urbana. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a abstenção do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

----- Ponto XVI- BOLSA DE TURISMO DE LISBOA - PARTICIPAÇÃO NO STAND ALENTEJO E RIBATEJO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar a participação do Município na Bolsa de Turismo de Lisboa 2017, assim como a despesa correspondente, no valor de 1.514,02€, conforme informação em apreço. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Indicou o sentido de voto favorável opinando que Rio Maior deve estar presente em todos os certames que visem a sua divulgação e afirmação. -----

----- Seguidamente deixou uma chamada de atenção para que se tente que a presença do município, para além das questões físicas e da apresentação dos produtos locais possa também valorizar o potencial humano, criando na Bolsa de Turismo novas centralidades, com os atletas Riomaiorenses, a Desmor, e a produção de inertes. Disse ainda que deverá ser uma representação diferenciadora, porque sendo diferente, é muito mais atrativa. -----

----- Relativamente ao Turismo lembrou em relação às candidaturas que a diferenciação é o elemento decisivo, como capacidade de atração. Mencionou que Rio Maior na próxima BTL tem de apostar em notícias inovadoras, sugerindo a apresentação de uma equipa, com o maior número de records, ou com o maior número de atletas olímpicos, porque é algo que mais ninguém tem e realçou que isso é a valorização do nosso potencial humano. -----

----- VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- No uso da palavra referiu concordar com as palavras do Vereador Augusto Figueiredo, mas a BTL tem normas específicas e não são os Municípios que as impõem, quer quanto ao espaço, quer quanto às ações a desenvolver. Disse ainda que está tudo definido para todos os Municípios que queiram estar presentes. -----

----- Salientou que o Município de Rio Maior ao longo dos anos em que esteve presente na BTL, tem privilegiado o ex-libris, que são as Marinhas do Sal. -----

----- Realçou a importância do desporto em Rio Maior, mas na sua opinião não é o desporto que traz turistas ao nosso concelho e referiu que passam mais pessoas pelas Salinas, num mês do que passam durante um ano pelo Centro de Estágios. -----

----- Terminou referindo que sendo visitante assíduo da BTL, não se lembra de ter visto Municípios representados com atletas ou outras situações, dado que apostam sempre nos seus ex-libris. -----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Interveio para relembrar que 2017 é o ano internacional do turismo sustentável e

apelou ao Executivo, para que Rio Maior possa estar presente na Bolsa de Turismo de Lisboa, numa perspetiva da natureza da sustentabilidade do Parque Natural e para que se possa ao longo do corrente ano assumir claramente, esse alto desígnio da organização das Nações Unidas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- **Ponto XVII – APOIO FINANCEIRO – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO DE ALCOBERTAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atribuir um apoio ao Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento de Alcobertas, freguesia de Alcobertas no montante de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros), nos termos da documentação em apreço. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes com declaração de voto do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- **Declaração de voto do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Senhora Presidente votei a favor, porque é um apoio a uma coletividade neste caso com um papel relevante na massa juvenil, esperando ansiosamente que se possa manter o critério relativamente a todas as outras, nomeadamente os casos pendentes“. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que a intenção é continuar com o critério que tem sido seguido por este Executivo. -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Deu de seguida a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Câmara Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Senhor José Manuel Ramos Domingues Gaspar – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos e a todos os presentes. -----

----- Relativamente à Empresa Wash Rio – Lavandaria Self Service, Lda começou por fazer um enquadramento da situação referindo algumas passagens nas redes sociais com alusões a fechar a empresa. -----

----- Referiu que em Rio Maior, existem hoje empresas a laborar, que no passado

tiveram conflitos, mas que foram todos resolvidos porque houve boa fé e tolerância e lembrou os problemas que existiram com a fábrica de rações na Chainça, com a pecuária Vicente Nobre e com a Enoport. -----

----- Seguidamente sugeriu que para resolução deste conflito se contratassem três técnicos, ou seja um para cada um dos intervenientes no processo, sendo uma forma de desempatar e de revelar uma total independência porque todos trabalham para entidades diferentes. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que as empresas exemplificadas, são identidades que se adaptaram à lei, sabendo que hoje as exigências são muito maiores. -----

----- Lembrou que a legislação mudou, dando como exemplo os animais que dantes eram considerados coisas, e hoje são considerados seres com direitos. -----

----- Referiu que a Câmara tem de agir em conformidade com a lei, e que o não cumprimento da lei pelos eleitos tem como consequência a perda de mandato. -----

----- Mencionou que a Câmara tem esgotado todas as hipóteses para que as coisas se resolvam e tem como preocupação atrair investimento para o concelho e manter o que existe. -----

----- Esclareceu, que a Câmara não tem técnicos para fazerem a avaliação do ruído e informou que a Câmara tem um acordo com a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, que trabalha com os onze Municípios que a integram, sendo esta empresa que representa a entidade Câmara naquela que é a sua competência. -----

----- Terminou referindo que foi dado à empresa, a possibilidade de apresentar uma entidade acreditada. -----

----- **Senhor Ângelo Ferreira – Mata de Baixo** -----

Apresentou cumprimentos e a todos os presentes. -----

Reportou-se à Estrada da Mata de Baixo e ao problema da segurança rodoviária entre a Mata de Baixo e o Mercado de Santana -----

----- Informou que tem havido bastantes acidentes e que o asfalto está bastante degradado. Disse que foram colocados sinais de derrapagem, mas que isso não resolve o problema dos despistes. -----

----- Deixou nota de muitas participações de acidentes feitas aos Bombeiros de Rio Maior e Benedita. -----

----- Terminou referindo que a situação carece de uma intervenção rápida. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu que ficou contemplado no Plano e Orçamento da Câmara a colocação de micro aglomerados e a pintura da estrada, desde a rotunda do Alto da Serra até ao mercado de Santana. -----

----- Referiu ainda que na intervenção que se pretende fazer e de acordo com o parecer técnico, isso só poderá ser feito quando as temperaturas estiverem entre os dezoito e os vinte e cinco graus, para que os micro aglomerados não deixem a estrada rugosa e informou que este tipo de intervenção já foi feita, noutras localidades do concelho e reduziu bastante o número de sinistros. -----

----- Informou que, dado as reclamações existentes, estiveram no local o Eng^o Ricardo Rosário e o empreiteiro, para a fazerem medições necessárias e aferir o que que será preciso fazer. Informou que a obra terá um custo de cerca de quinze mil euros. -----

----- Lamentou os acidentes ali ocorridos, referindo tratar-se de um problema técnico e não é político. -----

----- Terminou mencionando que a Câmara vai intervir, assim que as condições climáticas o permitam. -----

----- **Senhor Ângelo Ferreira** -----

----- Disse que a situação já tinha sido reportada há uns meses atrás. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu que o Senhor Ângelo tinha toda a razão, mas não se trata de uma situação única no concelho. Referiu ainda que o ano passado foi um ano complicado, a nível orçamental, mas este ano houve a preocupação de contemplar esta via em Plano e Orçamento. -----

----- **Senhor João Narciso Verde da Costa – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Reportou-se ao Bairro Social de Vale de Óbidos referindo que os moradores daquele Bairro cederam terreno para que uma artéria envolvente ao Bairro Social fosse construída, o que está em ata e que é do conhecimento dos Serviços Técnicos, do anterior Executivo e, em sua opinião, também do conhecimento do atual Executivo.-----

----- Disse esperar que esta situação seja concretizada em dois mil e dezassete, referindo que são os munícipes que pagam as suas contribuições e portanto esta situação deve ser realizada e solicitou informação sobre o assunto, caso tecnicamente, não seja possível construir esta envolvente ao Bairro. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que responderia posteriormente, mas ficava registada em ata. Sobre o Bairro Social e de acordo com informação do Vereador Lopes Cadoso que tem a área do Património, o assunto está a avançar. -----

----- **Senhor José Manuel Coelho – Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos. -----

----- Informou que vem mais uma vez mostrar a sua indignação, porque vive os

problemas que a lavandaria causa e porque a Câmara não cumpriu com o que tinha prometido. Referiu que na última reunião a Câmara disse que a lavandaria ia ser encerrada, porque não tinha condições, e não cumpria as condições do ruído. Era definitiva a decisão, com o prazo de três dias para a empresa se pronunciar. -----

----- Seguidamente disse que em agosto a Câmara deu noventa dias para a lavandaria fazer obras, para se adaptar, o que não aconteceu e apesar de contactar uma empresa para fazer uma avaliação, não pôs as máquinas a trabalhar e a avaliação passou. -----

----- Aditou que, como é do conhecimento da Câmara, foi apresentado um auto da GNR onde diz que todas as máquinas estavam paradas quando deviam estar todas a trabalhar. Referiu ainda que se for para fazer avaliações nestas condições, não vale a pena fazer mais nenhuma, porque a Câmara fez três avaliações e em todas elas deu ruído porque as máquinas estavam a trabalhar. A avaliação pedida pela proprietária passou porque as máquinas estavam paradas. -----

----- Mencionou que a queixa foi apresentada devido ao ruído das máquinas, não foi pelo funcionamento da loja, e também devido aos vapores que saem junto de uma das janelas e a lei não o permite. -----

----- Seguidamente disse que a secção de obras não deu resposta a nenhuma das queixas que foram apresentadas, mencionando que desde 2014 que têm vindo a ser apresentadas várias queixas, mas que até agora nenhuma foi respondida. -----

----- Terminou referindo que vai novamente apresentar queixas às entidades competentes para que procedam em conformidade. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Registou a intervenção e salientou que, sobre as questões do ensaio realizado não se iria pronunciar dado não ser uma competência do município. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e trinta minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____